



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO: LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL – NOTURNO**

Miriã Raskopf

**DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA
AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA**

SANTA MARIA, RS, BRASIL
2022

Miriã Raskopf

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS
HABILIDADES PARA A AUTONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciatura em Educação Especial**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro

SANTA MARIA, RS, BRASIL
2022

Miriã Raskopf

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS
HABILIDADES PARA A AUTONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Licenciatura em Educação Especial**.

Aprovada em 18 de Abril de 2022.

Sabrina Fernandes de Castro, Prof.^a Dr.^a. (Orientadora/UFSM)

Glaucimara Pires Oliveira, Prof.^a Dr.^a. (UFSM)

Elisiane Perufo Alles, Prof.^a Dr.^a. (Doutoranda)

SANTA MARIA, RS

2022
RESUMO

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA

AUTORA: Miriã Raskopf
ORIENTADORA: Prof.^a Dr^a Sabrina Fernandes de Castro

A pesquisa em questão traz uma reflexão sobre a deficiência intelectual e os apoios extras necessários para ampliar as habilidades para a autonomia de sujeitos com deficiência intelectual, trata-se de uma Pesquisa de Campo, desenvolvida para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a participação de sujeitos com deficiência intelectual adultos, residentes na cidade de Santa Maria, RS. Teve-se como objetivo geral analisar os apoios utilizados e os benefícios gerados para o desenvolvimento das habilidades para a autonomia do sujeito, com intuito de ressaltar a importância dos apoios e recursos individualizados a fim de potencializar a autonomia do sujeito com deficiência na preparação para a vida adulta. Visando melhor compreender a temática, vamos transcorrer um pouco do contexto histórico acerca da deficiência intelectual, as barreiras sociais e as lutas por direitos dentro das políticas públicas que marcaram essa trajetória de exclusão social e abandono, baseadas em preconceitos de incapacidade para exercer uma profissão, para ter capacidade de fazer escolhas e frequentar escolas, fazer um curso profissionalizante ou de graduação, negando a oportunidade e a participação da pessoa com deficiência aos espaços sociais que vão lhe propiciar a aprendizagem através da socialização, bem como a falta de recursos e apoios adequados que podem formar lacunas na formação do conjunto de habilidades adaptativas conceituais, social e prática, fundamentais para que seja desenvolvido as habilidades de autonomia utilizadas na vida adulta de qualquer pessoa.

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Intelectual. Autonomia. Independência.

ABSTRACT

INTELLECTUAL DISABILITY AND THE NECESSARY SUPPORT IN EXPANDING SKILLS FOR AUTONOMY

AUTHOR: Miriã Raskopf

ADVISOR: Prof.^a Dr^a Sabrina Fernandes de Castro

The research in question brings a reflection on intellectual disability and the extra support needed to expand the skills for the autonomy of subjects with intellectual disabilities, it is a Field Research, developed for the conclusion of the Licentiate Degree in Evening Special Education at Federal University of Santa Maria (UFSM), with the participation of adults with intellectual disabilities residing in the city of Santa Maria, RS. The general objective was to analyze the support used and the benefits generated for the development of skills for the subject's autonomy, in order to emphasize the importance of individualized support and resources to enhance the autonomy of the subject with disabilities in the preparation for adult life. . To better understand the theme, we will go through a little of the history of the subject with intellectual disabilities, the social barriers and the struggles for rights within the public policies that marked this trajectory of social exclusion and abandonment, based on prejudices of inability to exercise a profession, to be able to make choices and attend schools, take a vocational or undergraduate course, denying the opportunity and participation of people with disabilities to social spaces that will provide them with learning through socialization, as well as the lack of adequate resources and support can to form gaps in the formation of the conceptual, social and practical adaptive skills set, fundamental for the development of autonomy skills used in any person's adult life.

Keywords: Special Education. Intellectual Disability. Autonomy Independence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 JUSTIFICATIVA	9
3 REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1 REFLEXÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL	17
3.2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: HISTÓRIA	21
3.3 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONCEITO	22
3.4 TRANSIÇÃO PARA VIDA ADULTA	24
4 METODOLOGIA.....	28
4.1 COLETA DE DADOS	29
4.1.1 Participantes Escolhidos.....	29
4.1.2 Critérios de Inclusão e Exclusão de Participantes	29
4.1.3 Instrumentos Utilizados na Coleta de Dados	29
4.1.4 Procedimentos para Coleta de Dados.....	30
4.1.5 Procedimentos para Análise dos Dados.....	30
4.1.6 Aspectos Éticos Adotados	30
5 ANÁLISE DOS DADOS	31
5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	52
ANEXOS	56

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa surgiu como um novo desafio na minha trajetória acadêmica, reaprender a ler e buscar novos conceitos e, fazer desse ato, um hábito prazeroso, passou a ser necessário durante os 9 semestres percorridos na graduação.

Compreender os desafios que a pessoa com deficiência intelectual encontra, foi um dos motivos que instigaram essa pesquisa, após longos períodos voltados para outras áreas que a Educação Especial estuda, compreender esse processo de preparação para a vida adulta dos sujeitos com deficiência intelectual mostrou-se pertinente para contribuir com a sociedade, através de estudos e levar um pouco mais de conhecimento sobre essa temática.

Após observar e acompanhar alguns sujeitos com deficiência intelectual desde a infância até a fase adulta, alguns questionamentos instigaram a busca por conhecimento e novas histórias para averiguar as perspectivas de vida futura de cada um, assim como a sua trajetória de estímulos, cultura e formação familiar, para compreender melhor esse cenário atual, onde o sujeito adulto com deficiência intelectual permanece sem espaços adequados para continuar desenvolvendo suas habilidades, aprender uma profissão, mas sim, permanecem em seus lares ou frequentando as mesmas instituições desde a infância.

A pesquisa em questão traz uma reflexão sobre a deficiência intelectual e os apoios extras necessários com o objetivo de ampliar as habilidades para a autonomia de sujeitos com deficiência intelectual, trata-se de uma Pesquisa de Campo, desenvolvida para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a participação de sujeitos com deficiência Intelectual adultos, residentes na cidade de Santa Maria, RS. Teve-se como objetivo geral analisar os apoios utilizados e os benefícios gerados para o desenvolvimento das habilidades visando a autonomia do sujeito, com intuito de ressaltar a importância dos apoios e recursos individualizados para potencializar a autonomia do sujeito com deficiência na preparação à vida adulta.

As reflexões e análises foram voltadas para responder a problemática que norteia a pesquisa, visando averiguar quais apoios poderiam auxiliar de maneira mais efetiva no desenvolvimento das habilidades para a autonomia do sujeito com deficiência intelectual visando à preparação para vida adulta. Para responder esse questionamento, foi necessário identificar os apoios extras necessários a fim de ampliar a autonomia do sujeito com deficiência visando à preparação para a vida adulta, verificar os apoios que a família buscou para ampliar as habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas do sujeito em todas as

fases do seu desenvolvimento e averiguar as expectativas do sujeito com deficiência quanto à sua autonomia e percepções referente ao seu futuro profissional e social.

Através desses questionamentos e dos dados levantados pelas entrevistas e questionários, pode ser feita uma análise sobre a realidade dos sujeitos pesquisados, embasada na nossa literatura que, mesmo contendo poucos estudos voltados para essa temática, encontramos autores como Papalia e Feldman(2013) que abordam o desenvolvimento humano, Rodrigues (2008), que nos traz a história, etiologia e conceitos da Educação Especial, assim como, a nossa legislação vigente que norteia os direitos e deveres, estudos que auxiliam a compreensão e análise das necessidades de apoios que esses sujeitos necessitam para alcançar a vida adulta com uma base sólida de autonomia, podendo exercer uma profissão, executar tarefas básicas domiciliares, cuidar da sua higiene pessoal, alimentação, dentre outros fatores essenciais para exercer sua cidadania e compreender seu lugar no meio em que vive.

Para melhor compreender a temática, vamos transcorrer um pouco da história do sujeito com deficiência intelectual, as barreiras sociais e as lutas por direitos dentro das políticas públicas que marcaram essa trajetória de exclusão social e abandono, baseadas em preconceitos de incapacidade para exercer uma profissão, para ter capacidade de fazer escolhas e frequentar escolas, fazer um curso profissionalizante ou de graduação, negando a oportunidade e participação da pessoa com deficiência aos espaços sociais que vão lhe propiciar a aprendizagem através da socialização, bem como a falta de recursos e apoios adequados, os quais podem formar lacunas na formação do conjunto de habilidades adaptativas conceituais, social e prática, fundamentais para seja desenvolvido as habilidades para a autonomia, utilizadas na vida adulta de qualquer pessoa.

2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa em questão justifica-se por abordar uma temática de suma importância para o desenvolvimento humano e com poucos estudos, corroborando com Papalia e Feldman (2013, p. 223) “à medida que a criança amadurece – fisicamente, cognitivamente e emocionalmente– ela é levada a buscar sua independência em relação aos vários adultos aos quais está apegada”, iniciando desde cedo o desenvolvimento das habilidades para a autonomia e garantir que este sujeito desfrute das suas escolhas e desenvolva seu papel social na fase adulta.

Segundo o Censo de 2010, 24% da população brasileira afirmou possuir dificuldades em executar as capacidades básicas de enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou declarou possuir deficiência intelectual. Ao levar em consideração apenas os casos de impedimento grave e as pessoas que declararam ter deficiência, a parcela da população é de 6,7%, sendo que a prevalência de 1,4% dessa porcentagem, ou seja, 175 mil de pessoas com algum grau de deficiência intelectual (IBGE, 2010).

A inclusão dessas pessoas em todas as etapas da vida é uma grande preocupação e um desafio na busca de adequação de ambientes e na construção de meios que possibilitem a integração e a aprendizagem desses sujeitos, sendo enfatizado nesta pesquisa o desenvolvimento das habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas visando alcançar a autonomia desses sujeitos na preparação para a vida adulta.

O sujeito com deficiência intelectual necessita passar pelo mesmo processo de desenvolvimento que o sujeito sem deficiência, as intervenções, materiais concretos e apoios extras que serão utilizados, farão a diferença para a aprendizagem e a aquisição de conceitos. A estimulação das habilidades conceituais que o sujeito possui e a associação do concreto com o abstrato, são medidas essenciais para a compreensão dos conceitos básicos e eventos ocorridos ao seu redor e propiciar o apoio necessário para que ele desenvolva as habilidades adaptativas, tendo assim, a compreensão do mundo em que vive e do seu papel na sociedade.

Para compreender a necessidade da pesquisa em questão, buscou-se pesquisas científicas dentro do portal de periódicos da Capes, para delinear os estudos sobre a temática, utilizando os descritores “Deficiência Intelectual”, “Autonomia” e “Vida Adulta”, através de combinações entre eles, foram encontrados em sua totalidade 293 artigos e teses escritos e/ou transcritos para língua portuguesa, sendo dois desses estudos realizados em Portugal. A fim de identificar estudos em que a pesquisa fosse delineada nos mesmos parâmetros da pesquisa

em questão, realizou-se uma breve leitura dos resumos, sendo selecionados sete artigos que apresentaram características centrais próximas à temática estudada nesta pesquisa, como autonomia do sujeito com deficiência intelectual e transição para vida adulta.

Quadro 1 – Banco De Dados Pesquisados

Base de Dados	Portal Da Capes	Portal Da Capes
Data e Hora	19/06/2021 às 22:28h	05/07/2021 às 18:05h
Forma De Pesquisa	Título	Qualquer
“Deficiência Mental” and “Autonomia”	0 resultados	146 resultados
“Deficiência Mental” and “Vida Adulta”	0 resultados	21 resultados
“Deficiência Intelectual” and “Autonomia”	3 resultados	99 resultados
“Deficiência Intelectual” and “Vida Adulta”	1 resultado	23 resultados
Selecionados	4	3
	Total Encontrados	293
	Total Selecionados	7

FONTE: A Autora (2021)

Observou-se a importância dessa pesquisa para ampliar os estudos referente à preparação para vida adulta e a aquisição de autonomia dos sujeitos com deficiência intelectual, pois, um dos pontos importantes foi compreender a perspectiva do próprio sujeito, suas ambições e metas frente ao seu futuro profissional e pessoal, tendo em vista que, mesmo sendo poucos estudos voltados para essa temática, em sua maioria, os estudos encontrados foram realizados com professores, gestores e familiares de sujeitos com deficiência intelectual.

Foram selecionados estudos que apresentaram relevância nas reflexões que contribuíram no delineamento conceitual desta pesquisa, trazendo tópicos importantes que

serão descritos a seguir, sendo excluídos os estudos com pouco aprofundamento da temática escolhida na pesquisa em questão.

Quadro 2 – Materiais Escolhidos

	TÍTULO	AUTOR	ANO PUB
1	A transição para a vida ativa em jovens com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais: o caso da CERCIMB/Portugal	Helena Estevam Fernandes Luzia Mara Lima-Rodrigues	2016
2	Efeito Bumerangue: Trajetórias Educativas dos Indivíduos Classificados na categoria deficiência intelectual	Maria Forreta Natália Alves	2019
3	Educação e trabalho: formação profissional para Jovens com deficiência intelectual na escola Especial	Valéria Becher Trentin Tânia Regina Raitz	2018
4	Habilidades adaptativas sociais e conceituais de indivíduos com Deficiência intelectual	Elaine Custódio Rodrigues Gusmão Genival Silva Matos João Carlos Alchieri Tânia Couto Machado Chianca	2018
5	Práticas Educativas Parentais: Autonomia e Expressão De Afeto	Maria de Fátima Minetto Ana Caroline Bonato da Cruz	2018
6	Do Apoio A Autonomia: O Papel Do Tutor	Thais Carolina Albach Carniel Maria de Fatima Minetto Nathalie Baril Isabel Louise de Souza Correia	2019
7	A sociabilidade do trabalhador com deficiência intelectual	Sérgio Sampaio Bezerra	2019

FONTE: A Autora (2021).

O estudo de mestrado das autoras Fernandes e Rodrigues “*A transição para a vida ativa em jovens com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais: o caso da CERCIMB/Portugal*”, traz reflexões sobre os fatores de inclusão e exclusão de jovens com deficiência intelectual no mercado de trabalho, problematizando que a permanência desses sujeitos no mercado de trabalho é bem menor quando comparado a jovens sem deficiência ou com outros tipos de deficiência, visando identificar esses fatores e incentivar empresas e empregadores a oportunizar vagas, treinamentos tecnológicos e capacitação para esses sujeitos.

Ao colocar-se no cerne do processo educativo a questão da transição dos alunos para uma vida ativa, as perspectivas curriculares funcionais e os currículos funcionais, o currículo vocacional, o treino laboral, a formação profissional, a articulação de técnicos e serviços, tais como: instituições de ensino, professores, locais de trabalho, empresas, centros de dia, autarquias, a criação de segundas oportunidades, etc., assumem um papel determinante (COSTA, 2006 et.al. FERNANDES e RODRIGUES, 2016 p.1055).

Corroborando com as autoras, fica claro a necessidade de ofertar ao sujeito com deficiência intelectual as mesmas oportunidades de exercer sua independência e de sentir-se parte da sociedade, como sujeito adulto responsável pelo seu próprio provento, tomando suas próprias decisões quanto ao seu futuro, pois, ambos possuem os mesmos anseios, quanto a ter uma profissão, ser valorizado e sentir-se útil, porque ser adulto vai além da idade cronológica, é preciso sentir-se capaz e tendo consciência das suas responsabilidades.

As autoras Forreta e Alves, também em Portugal no artigo intitulado “*Efeito Bumerangue: Trajetórias Educativas dos Indivíduos Classificados na categoria deficiência intelectual*”, abordam a problemática que visa compreender os itinerários biográficos de transição para a vida adulta, de um grupo de vinte indivíduos classificados na categoria deficiência intelectual, debatendo temas como a educação formativa de pessoas adultas e o que vem sendo ofertado para esses sujeitos com e sem deficiência intelectual.

Até a década de oitenta não existia uma oferta generalizada de formação profissional que respondesse às necessidades da economia. Foi no período de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) que se assistiu a uma reorganização Institucional do Ministério do Trabalho, nomeadamente através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), de forma a responder a uma cobertura mais equilibrada do território nacional e pela criação experimental de cursos técnico-profissionais (FERRETA e ALVES, p. 34).

Em uma comparativa, aqui no Brasil, segundo Ministério da Educação, o ensino tecnológico tem seus primeiros indícios de educação tecnológica em 1906, com a consolidação do ensino técnico-industrial, criado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 787 de onze de setembro e na Constituição de 1937 no artigo 129 é apresentado especificamente o ensino técnico, profissional e industrial, sendo um dever do estado, sendo ofertado pelas indústrias às classes menos favorecidas, filhos de operários e associados. Em 1909, o Presidente da República Nilo Peçanha inicia oficialmente a Educação Profissional e Tecnológica com o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, com dezenove “*Escolas de Aprendizes Artífices*” com ensino gratuito.

O artigo traz à tona a questão da educação para sujeitos com deficiência na fase adulta, vindos de diferentes vivências escolares, seja de classes especiais, instituições autônomas e,

até mesmo, sujeitos sem nenhum contato com qualquer tipo de escolarização. Ou seja, traz a reflexão da necessidade de continuidade nos estudos desses sujeitos e da importância de ofertar cursos profissionalizantes com currículos voltados para atender esse público, possibilitando a permanência desses sujeitos, não sendo apenas mais uma barreira na fase de desenvolvimento social desses indivíduos que precisam de instruções para adentrar à vida adulta.

As autoras Trentin e Raitz no artigo “*Educação e trabalho: formação profissional para Jovens com deficiência intelectual na escola Especial*” realizado no Estado de Santa Catarina, aqui no Brasil, intensificam a discussão complementando que a formação profissional adequada e de qualidade é um ponto fundamental para que esses jovens com deficiência adentrem à vida adulta, área que ainda necessita de estudos mais aprofundados para identificação de novas práticas voltadas para o desenvolvimento profissional desses sujeitos e da necessidade de adequação ou releitura dos espaços de trabalho ofertados.

O jovem com deficiência, assim como qualquer jovem, almeja um lugar na sociedade, deseja obter bens de consumo, trabalhar e também dar continuidade aos estudos. Esses sonhos e desejos são inerentes ao jovem, independente de possuir ou não uma deficiência. É na busca pela realização dos sonhos e desejos, que surge a escola. (TRENTIN e RAITZ, 2018 p. 716).

O artigo “*Habilidades adaptativas sociais e conceituais de indivíduos com deficiência intelectual*” de Gusmão, Matos, Alchieri e Chianca, publicado na Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), aborda uma mescla de questões voltadas à educação e a parte clínica vinda do diagnóstico da deficiência intelectual.

O DSM-V estabelece quatro níveis de “retardo mental”, a saber: leve (F70), moderado (F71), grave (F72) e profundo (F73). Essas categorias são compreendidas a partir do funcionamento adaptativo que determina o nível de apoio necessário para a realização de atividades diárias (GUSMÃO, MATOS, ALCHIERI e CHIANCA, 2019, p. 2).

Fica evidente nas reflexões das autoras, as influências vindas do meio em que o sujeito com deficiência está inserido, assim como o sujeito sem deficiência, os estímulos ofertados e as vivências influenciam no desenvolvimento das habilidades conceituais sociais, práticas e adaptativas, conseqüentemente, causando um impacto significativo, seja bom ou ruim, na aplicação desses conceitos na transição para vida adulta, dificultando ou não o uso funcional de dinheiro, a determinação para desenvolver pesquisas e leituras sem acompanhamento, dentre outros fatores estudados pelos autores.

As habilidades sociais são aprendidas, e o seu desempenho está relacionado ao desenvolvimento do indivíduo e a fatores ambientais. Pesquisa demonstra que o conjunto de habilidades sociais pode estar associado a vários problemas psicossociais, como “depressão, ansiedade, estresse, isolamento social, agressividade, comportamentos opostos e antissociais, hiperatividade e baixa autoestima. (GUSMÃO, MATOS, ALCHIERI e CHIANCA, 2019, p. 6).

Corroborando com os autores, a escola é o primeiro contato com a vida social autônoma que vamos ter na fase adulta, vivenciar esses momentos em sociedade com os primeiros momentos de autonomia e individualidade longe dos pais é a melhor forma de desenvolver esses conceitos.

Outro ponto relevante abordado no artigo “*Práticas Educativas Parentais: Autonomia E Expressão De Afeto*” das autoras Minetto e Cruz, é a importância da família nesse processo de desenvolvimento, desde a infância até a fase adulta, onde elas afirmam que o desenvolvimento da criança está relacionado à qualidade das relações familiares.

A família é um sistema que proporciona aos indivíduos noção de pertencimento assim como fornece apoio para o desenvolvimento humano. Este sistema se desenvolve em movimentos contínuos de equilíbrio-adaptação e desequilíbrio, como resposta a mudanças internas e externas que alteram seu funcionamento. (MINETTO e CRUZ, 2018, p. 1).

Sendo assim, a família tem o papel de demonstrar ao sujeito, fundamentos sociais de convivência, comportamento, ética, dentre outros fatores que formam a identidade do sujeito e como ela vai se portar diante da sociedade, a forma como ela vai enfrentar e resolver seus problemas, suas atitudes e tomadas de decisões, conseqüentemente, irá influenciar nas escolhas profissionais e atitudinais quanto ao futuro desses sujeitos com deficiência.

O incentivo à autonomia contribui para o desenvolvimento de um adulto confiante, seguro e autossuficiente (WEBER, 2009), de forma que é possível compreender que a sua ausência não proporcionará base adequada para tal desenvolvimento. Associado a tal fato, Montobbio e Lepri (2007) pontuam a infantilização a qual é sujeita a pessoa com deficiência intelectual e a dificuldade que os pais apresentam em auxiliar o filho a se distanciar e a adquirir seu próprio espaço. Para Franco (2016) é preciso uma reidealização na estética, competência e futuro. (MINETTO e CRUZ, 2018, p. 160).

As autoras Carniel, Minetto, Baril e Correia no artigo “*Do Apoio A Autonomia: O Papel Do Tutor*”, também abordam as influências que a família desempenha no desenvolvimento do sujeito com deficiência intelectual, assim como, a escola também tem um papel importante nessa etapa, buscando entender a escola e a família como influenciadores

um do outro, simultaneamente, neste processo de desenvolvimento e aprendizagem de conceitos.

A autonomia é a capacidade de definir as suas próprias regras e limites, sem que precisem ser impostas por outras pessoas, pode ser ainda definida como habilidade para pensar, sentir, tomar decisões e agir por conta própria independentes dos desejos dos responsáveis ou dos que o cercam. (CARNIEL, MINETTO, BARIL e CORREIA, 2019, p. 337, et, al. SILVA, 2008; REICHERT, WAGNER, 2007).

Percebe-se pelas reflexões das autoras que o sujeito com deficiência intelectual, assim como o sujeito sem deficiência, desenvolve autonomia desde a infância, sendo estimulada pela família e, conseqüentemente, por todas as pessoas que perpassam por sua trajetória escolar, onde o “*tutor*” se torna seu apoio imediato dentro da escola, mediando suas vivências e aprendizagens no ambiente escolar, necessitando de uma olhar atento para que suas funções permitam que o sujeito participe das propostas educacionais e de lazer dentro do ambiente escolar, interagindo e tomando suas próprias decisões, bem como trocando experiências com colegas, professores e demais componentes do corpo escolar.

Por fim, as reflexões de Bezerra abordadas no artigo “*A sociabilidade do trabalhador Com deficiência intelectual*” são voltadas para compreender as percepções que o sujeito com deficiência intelectual tem quanto ao seu papel social e frente à sua identidade, quais os benefícios que a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho trazem para o seu contexto social.

O trabalho pode significar a forma de garantir a sobrevivência ou, ainda, a atividade que coloca o indivíduo em contato com várias pessoas, possibilitando a criação de laços sociais e afetivos de união (ou desunião). Além disso, o trabalho pode ser também a oportunidade de desenvolver uma habilidade técnica maior ou significar um ponto de referência de cada pessoa para situar-se no contexto social e histórico. (BEZERRA, 2019, p.89).

Segundo o autor, a importância da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho vai além do retorno financeiro, o qual propicia sua independência financeira, auxiliando no processo de desenvolvimento de conceitos como “compromissos éticos e sociais de suas práticas, pois no cotidiano do ambiente de trabalho surgem relações não formais: amorosas, de amizade e de coleguismo[...] passando a ser, também, mais um espaço de sociabilidade, mesmo assim, suas conclusões apontam que esses sujeitos continuam sendo socialmente excluídos, mesmo ampliando o número de pessoas do seu círculo social”.

As pesquisas escolhidas trazem grandes contribuições para pesquisa em questão, e apontam pontos importantes para o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e precisam ser considerados desde a sua infância, onde a família tem um papel fundamental na busca dos apoios necessários para aprimorar as habilidades conceituais adaptativas que serão a base para o desenvolvimento das habilidades de autonomia desses sujeitos, para que possam usufruir das oportunidades ofertadas futuramente, possibilitando seu desenvolvimento pessoal, sua independência financeira, sua autoestima e segurança.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 REFLEXÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Fazer uma reflexão das políticas públicas relacionadas com a Educação Especial, é passar pelas fases de desenvolvimento social e educacional da população, pois vemos através da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que as escolas sempre foram um espelho do que acontece na sociedade, onde antigamente o direito à educação era somente destinado aos filhos de nobres, ficando os filhos de escravos e camponeses pobres responsáveis pelo trabalho forçado que não exigia educação ou intelecto, mas sim, força bruta e obediência.

A Constituição Federal de 1988 no Art. 205 traz a visão, ainda global, que “a Educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família” e visando o desenvolvimento social deste indivíduo e a sua formação para o trabalho. Ainda no Art. 208 aparecem indícios de um pensamento na educação da pessoa com deficiência, onde ela traz no Cap. III o atendimento educacional especializado aos “portadores” de deficiência, destacando o então polêmico termo “preferencialmente” na rede regular de ensino, provocando diversas interpretações para sua implementação.

Nos anos 90 surgem as Declarações ao redor do mundo iniciando com a conferência de Jomtien realizada em 5 de março de 1990 da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que trazem à tona essas discussões e preocupações com a educação da criança deficiente, fomentando a ideia de “Educação para todos” e da Escola Inclusiva.

A Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, em 1994, foi um marco trazendo à tona essas discussões e o debate relacionado à “Educação Inclusiva” ou a “Educação para Todos”, onde foi firmado um grande pacto pelos países presentes para a implementação de políticas públicas inclusivas, visando a educação e a inclusão de sujeitos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e seus direitos na sociedade escolar:

- O direito à educação de todos os indivíduos;
- Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo;
- Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;

- Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados, tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
- As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
- As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Na LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) no Título V, Cap. II, Seções III, com a alteração vinda da Lei nº 11.274 de 2006, traz o foco da mudança do ensino fundamental de oito para nove anos, e propõe um sistema de ensino capaz de assegurar a todos os alunos um currículo com recursos específicos para atender as necessidades e especificidades de todos os alunos, incentivando garantia dos direitos como institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No Capítulo V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Art. 58 e 59, especifica que a Educação Especial é uma modalidade de ensino escolar, oferecida, volta a citar o termo “preferencialmente” na rede regular de ensino, para educandos *portadores de necessidades especiais*, assim como, assegura os direitos aos educandos com necessidades especiais.

Seu objetivo é assegurar a integração escolar de todos os alunos com deficiência no ensino regular, oferecendo apoio especializado atendendo as suas necessidades específicas e garantindo seu direito a frequentar a mesma escola.

A Convenção de Guatemala no ano 1999, assim como o PNE (Plano Nacional de Educação), reforçam a ideia da Declaração de Salamanca, O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 13.005/2014, traz por sua vez no Art. 8º, § 1º as estratégias e metas que:

- I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;
- II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;
- III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;
- IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.

Assim como o objetivo da Convenção de Guatemala é eliminar todas as formas de discriminação das pessoas com deficiência, ou seja, todos são livres e iguais em dignidade e

em direitos. Ela afirma que a Educação da criança com deficiência tem que obter o seu potencial máximo, ela precisa trazer o máximo de conhecimento que essa criança possa absorver e não somente ser uma educação de “passa tempo”, com as ditas “folhinhas de aprendizado”.

Ela traz também a importância da prevenção das causas das deficiências, como vacinas e atendimento adequado para a mãe no pré-natal e no momento do parto. Outro ponto que destaca é o incentivo à intervenção precoce para a criança com deficiência, assim, seu desenvolvimento será melhor, ela terá mais oportunidades de aprendizado.

Essa convenção, também, menciona a importância da conscientização e sensibilização da comunidade em relação à criança com deficiência, focando na ideia que todos possuímos diferenças e necessidades específicas, não somente eles. Ela propõe o aumento das pesquisas científicas na área, a fim de aumentar a prevenção e os meios de atendimento a essas pessoas.

Um dos marcos para ampliar as mudanças na Educação Brasileira de pessoas com Deficiência Intelectual e garantir seu acesso e permanência na escola, é a Declaração de Montreal, realizada em seis de outubro de 2004 no Canadá, a qual afirma que “assim como os demais seres humanos, esses sujeitos têm direitos básicos e liberdades fundamentais que estão consagradas por diversas convenções, declarações e normas internacionais;” acordando apoiar e defender seus direitos e expandir as convenções internacionais, declarações e normas que protegem os direitos humanos e promover a integração destes direitos nas políticas nacionais, legislações e programas nacionais pertinentes.

A Declaração Internacional De Montreal Sobre Inclusão, (aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional " Sociedade Inclusiva", realizado em Montreal, Quebec, Canadá, reafirma os direitos, a liberdade e dignidade de todos os seres humanos, sendo assim, é dever garantir o acesso a todos os espaços e oportunidades a todas as pessoas, ressaltando a importância de gerir leis e acordos que assegurem os direitos das pessoas com deficiência em todos os espaços.

- 1.O objetivo maior desta parceria é o de, com a participação de todos, identificar e implementar soluções de estilo de vida que sejam sustentáveis, seguras, acessíveis, adquiríveis e úteis.
- 2.Isto requer planejamento e estratégias de desenho intersetoriais, interdisciplinares, interativos e que incluam todas as pessoas.
- 3.O desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços aumenta a eficiência, reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural, econômico e social.
- 4.Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos.

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008, visa:

- Promover condições de igualdade no acesso e permanência na escola.
- Acessibilidade no espaço escolar, ampliando a arquitetura e o desenvolvimento de espaços universais com acessibilidade e não somente adaptações desses espaços existentes.
- A importância das tecnologias assistivas para auxiliar a pessoa com deficiência.
- Acompanhante terapêutico, professores de apoio, apontando que a pessoa com deficiência tem seus direitos civis garantidos, assim como o atendimento prioritário em hospitais, filas, calamidades públicas, direito à aposentadoria pelas limitações de condições de trabalho.

Por fim, determina que a discriminação de pessoas com deficiência é crime, portanto, é fundamental a mudança de olhar para todas essas políticas públicas.

Para melhor definir o objetivo desta Política, trago na íntegra sua perspectiva:

IV - OBJETIVO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação Interssetorial na implementação das políticas públicas.

Nessa perspectiva, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº13.146, reforça os direitos de inclusão da Pessoa com Deficiência, em todos os espaços, principalmente nas escolas, como abordado no capítulo IV Art. 27.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Garantir o acesso e permanência desses sujeitos não depende somente da matrícula e da presença do estudante em sala de aula, mas sim, de estratégias de ensino voltadas para suprir as necessidades e diminuir as lacunas que impedem o pleno acesso aos conteúdos ofertados nas escolas e cursos profissionalizantes, fator primordial para que os estudantes alcancem o máximo do seu potencial e consiga obter autonomia.

A formação profissional depende dessa formação inicial, onde são formados os conceitos-base para compreensão de mundo, desenvolvimento de ideias e convívio social. O capítulo VI Do Direito ao Trabalho, traz na seção I “Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. Mas, a realidade ainda nos aponta uma quantidade expressiva de sujeitos com deficiência sem formação ou capacitação para o mercado de trabalho.

3.2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: HISTÓRIA

Segundo Rodrigues (2008, p.7), a trajetória da pessoa com deficiência sempre foi marcada por exclusão social e sentimentos de incapacidade, pois eram deixadas a parte, sem participar das atividades sociais. Inicialmente, essas pessoas eram abandonadas à própria sorte ou, até mesmo, mortas, por não se encaixarem nos padrões de cada época. A incapacidade de ser útil para guerra, trabalho físico ou intelectual eram suas sentenças.

Conta a história, que na Grécia Antiga, as pessoas com deficiência eram consideradas sub-humanas, por serem anormais eram abandonadas. Segundo Bruno e Mota (2001), a Idade Média foi marcada por sentimentos de compaixão, proteção e caridade, onde as pessoas com deficiência eram encaminhadas para instituições caritativas. A igreja considerava a deficiência como um designo de um ser superior, como um castigo, culpa ou, até mesmo, possessão demoníaca. Já para o Cristianismo, fazia o papel de assistencialismo, encaminhando as pessoas com deficiência para conventos e igrejas, ficando isoladas e escondidas, sem convívio com a sociedade, assim como na Bélgica, que criou a primeira instituição para abrigar essas pessoas. Neste período, a igreja começa a perder o controle dando início ao Renascimento e a chegada dos tempos modernos.

Rodrigues (2008, p.9) aponta que na Idade Moderna, iniciam-se as primeiras tentativas de educação das pessoas com Deficientes, com o intuito de compreender através da filosofia e da ciência, com a queda do sistema feudal e a inserção do sistema Mercantil vem a evolução

do método científico que estuda a tipologia e a concepção científica de que a deficiência é vinda da parte biológica e não mais divina, dando ênfase para ser considerada uma doença a ser tratada com medicação, a fim de normalizar ou neutralizar ao máximo as diferenças vindas da deficiência, tornando assim, o sujeito mais próximo do considerado “normal” na época.

Já na Idade Contemporânea surgem as Revoluções Francesa, Industrial, as Guerras Mundiais e Nacionais e, com a expansão de ideais de consciência social, direitos de igualdade, liberdade e fraternidade, a pessoa com deficiência é inserida nos direitos humanos, ressaltando os deveres que a humanidade deveria ter perante as classes minoritárias, garantindo uma educação e proteção social que respeitasse os direitos e diferenças da pessoa com deficiência, problematizando a necessidade de produtividade e normalização através de treinamentos que preparassem esses sujeitos para o trabalho.

3.3 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONCEITO

O conceito de deficiência Intelectual discutido em 2010 pela Associação Americana de deficiência Intelectual (AAIDD) define que a deficiência Intelectual “caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, originando-se antes dos dezoito anos de idade”. (AAIDD, 2010).

Já em 2021, Schalock, Luckasson e Tassé trazem uma definição mais atual, levantando o debate quanto à idade em que a deficiência se desenvolve, afirmando que a Deficiência Intelectual é “categorizada por limitações significativas em ambos funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressados em habilidade adaptativa conceitual, social e prática. Essa deficiência origina-se durante o período de desenvolvimento, o qual é definido como operacional antes que o indivíduo atinja 22 anos de idade” (SCHALOCK, LUCKASSON e TASSÉ, 2021, p 01)¹ e não mais até os 18 anos.

A definição do termo sofreu mudanças ao longo dos anos, pois foi seguindo o desenvolvimento social, a evolução da ciência e dos estudos voltados para a área, em 1908, as pessoas com deficiência intelectual eram consideradas incuráveis, ou seja, com uma condição permanente, sem possibilidade de algum tipo de avanço ou recuperação intelectual do sujeito. Já em 1992, o termo utilizado para definir os sujeitos era retardo mental, sendo considerado as limitações do sujeito em duas ou mais áreas, a comunicação, os cuidados pessoais dentre

¹ TRADUÇÃO LIVRE por Eduarda Nunes Mariani Bolson para o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Deficiência Intelectual (GEPEEDI).

outras áreas, sendo aprofundados os estudos em 2002, quando passou a ser considerado importantes limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo nas habilidades.

Essa nomenclatura perdurou até o ano de 2010, quando surge o termo *deficiência intelectual* utilizado até os dias de hoje, nessa concepção passa a se considerar o conjunto de habilidades que o sujeito tem ou pode desenvolver, mudando o foco do educador para buscar estratégias que visam desenvolver este conjunto de habilidades e potencialidades, pois a pessoa com deficiência intelectual precisa desenvolver as habilidades adaptativas conceituais sociais e práticas para encontrar seu lugar na sociedade, ter autonomia para atender as demandas dos cuidados no seu dia a dia, compreender as funções de cada ambiente que precisa frequentar.

A deficiência intelectual segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, enquadra-se no CID10, sendo subdividida em F70 Leve, F71 Moderada, F72 Grave e F73 Profunda, portanto, o diagnóstico pode ser definido quando o sujeito apresenta limitações expressivas no funcionamento intelectual, no comportamento adaptativo e se a deficiência teve início antes dos 18 anos de idade.

3.3.1 Comportamento Adaptativo

Segundo a AAIDD o Comportamento Adaptativo denomina-se como o conjunto de habilidades adaptativas conceituais, social e prática desenvolvidas pela pessoa para atender as demandas da vida cotidiana, possibilitando a compreensão de conceitos utilizados para convivência social e funcional, conhecer as funções de cada local, como a escola, igreja e outros espaços frequentados, podendo assim, compreender e executar comportamentos adequados a determinado espaço, sabendo se adaptar e conviver, diferenciando as regras sociais e culturais e pode ser medido em três domínios listados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Habilidades Conceituais, Sociais e Práticas

CONCEITO DE HABILIDADE	HABILIDADES DESENVOLVIDAS
Habilidades Conceituais	Conceitos básicos utilizados na alfabetização como memória, contagem matemática, conceito de número, escrita, volume, tempo, medidas, dinheiro, memória, resolver situações do cotidiano, autodireção, etc.
Habilidades Sociais	Precaução, medo, responsabilidade social, compreensão de regras sociais, empatia, sentimentos, comunicação interpessoal, análise de pensamentos, autoestima, fazer amizade, julgamento social, etc.
Habilidades Práticas	Autonomia para desenvolver sua higiene pessoal, gestão de dinheiro, responsabilidade e dever em desenvolver atividades profissionais, cuidados com a própria saúde e de outras pessoas, noção de riscos, noção de tempo, etc.

Fonte: A Autora (2021).

Portanto, o comportamento adaptativo refere-se ao grau de eficácia que o sujeito realiza suas tarefas cotidianas e se ele realiza ou não, não sendo levado em conta na avaliação, do comportamento se ele é capaz de ter autonomia, mas sim, como ele realiza as tarefas, ou compreende os conceitos, como se relaciona em sociedade, se compreende seu papel dentro desse espaço, tendo responsabilidade social e autonomia quanto à sua vida cotidiana.

3.4 TRANSIÇÃO PARA VIDA ADULTA

Primeiramente, precisamos analisar a definição de sujeito adulto, Segundo Papalia e Feldman (2013), precisamos refletir em que idade e quais aspectos nos definem como sujeitos adultos? Quais são as habilidades necessárias para perpassar esta fase da vida? No Brasil, a idade adulta inicia aos 18 anos, onde somos responsáveis pelos nossos atos civil e moralmente, mas, ao analisar a questão com cuidado, percebe-se que ser adulto vai além da idade cronológica do sujeito, mas sim, do fator sentir-se adulto e compreender seu papel social.

Portanto, alguns cientistas do desenvolvimento sugerem que, para os muitos jovens nas sociedades industrializadas, o fim da adolescência e a fase intermediária e final da segunda década de vida tornaram-se um período característico do curso de vida, o **início da vida adulta** (PAPALIA, 2013, p. 453) Grifos do autor.

Corroborando com Papalia e Feldman (2013), essa etapa não depende somente da idade cronológica do sujeito, mas, de diversos fatores no âmbito, sexual, social e psicológico.

Nos Estados Unidos, define-se que a maturidade sexual se dá durante a adolescência, com 16 anos o sujeito tem autorização para votar e aos 18 anos pode se casar sem autorização de um responsável. Socialmente, o sujeito é considerado adulto quando assume um relacionamento afetivo ou inicia uma família, define sua profissão ou se torna responsável financeiramente por si. Já a maturidade psicológica é baseada em fatores externos, como a independência dos pais, conhecimento de sua própria identidade e um sentimento de autonomia (PAPALIA, 2013 p.452).

Culturalmente, alcançar a vida adulta ainda está ligado a autonomia financeira e pessoal, ou seja, o sujeito adulto deve ser capaz de fazer suas tarefas diárias, sua higiene pessoal, ter uma profissão para manter seu sustento. Um dos marcos dessa transição é a inserção na graduação, onde o sujeito inicia um *voe solo* rumo à conquista de uma profissão, com mais independência quanto à sua educação, cuidados com a alimentação, convivendo com pessoas diferentes e com mais responsabilidades.

Percebe-se então, a importância da identificação das habilidades que a pessoa com deficiência possui, para que se possa analisar as habilidades adaptativas conceituais sociais, práticas e de autonomia que precisam ser potencializadas e, em quais áreas eles necessitam ampliar seus conceitos e conhecimentos, desenvolvendo um planejamento centrado no sujeito e escolher os apoios a serem ofertados nas intervenções e alcançar a sua autonomia enquanto sujeito. Nessa perspectiva, é preciso construir hipóteses e analisar as limitações do desempenho atual da pessoa, considerando a sua cultura, o ambiente social que está inserido, sua renda familiar, fatores limitadores físicos e estruturais, desenvolvendo um perfil para que ele possa ampliar suas habilidades e minimizar suas especificidades.

A avaliação e o acompanhamento dos resultados obtidos também são fatores importantes a serem considerados para definir a retirada, a troca ou a intensificação dos apoios utilizados conforme os resultados de aquisição ou aprimoramento das habilidades adaptativas conceitual, social e prática.

Para compreendermos quais são as habilidades necessárias para que um sujeito, com deficiência intelectual, possa adentrar à vida adulta sem permitir que a deficiência seja uma barreira na busca de um emprego ou iniciar sua vida acadêmica, em um curso profissionalizante ou no ensino superior. Esta análise precisa ser feita em diversos aspectos, iniciando pelo desenvolvimento cognitivo, segundo Jean Piaget e sua teoria do estudo das etapas de desenvolvimento cognitivo humano, alcançamos o desenvolvimento cognitivo no estágio operatório-formal aos 12 anos de idade, onde aprimoramos as formas de pensamento

abstrato, compreendemos questões morais, filosóficas, éticas, sociais e políticas, porém, estudos referentes à “linha de investigação que trata do pensamento pós-formal, que combina lógica com emoção e experiência prática para solucionar problemas ambíguos” (PAPALIA, 2013 p.466),apontam que o desenvolvimento cognitivo e o pensamento reflexivo desenvolvem-se após este período, entre os 20 e 25 anos, onde o sujeito passa questionar os fatos e definir suas próprias conclusões e opiniões frente aos problemas e conceitos sociais.

Esse desenvolvimento se dá pelas intervenções vindas dos apoios ofertados e do convívio social, onde o sujeito aprende a aplicar as experiências vivenciadas para solucionar problemas no meio em que está inserido. Os estímulos ofertados pela família desde o nascimento, mesmo com pouca instrução e gratuito, é fundamental para o desenvolvimento desses sujeitos, esse fator se torna evidente na sua trajetória escolar e no convívio com os colegas, sem tratar com diferença, menor responsabilidade no convívio familiar e principalmente sem privar o sujeito de frequentar os mesmos espaços comuns, possibilitando sua autonomia, suas escolhas e desejos, alimentando o sentimento de pertencer a uma grupo e desenvolver seu papel na sociedade em que está inserida, com desejos de ser alguém no futuro, ter uma profissão.

Outro ponto evidente é a necessidade de reformular nossa forma de ofertar o conhecimento na escola e reformular a escola que conhecemos, preparando professores para ofertar um conteúdo que alcancem todos os alunos, independente das suas especificidades, pois todos tem condições de aprender, cada um na sua maneira e no seu tempo.

Percebe-se a importância de propiciar a efetivação da garantia dos direitos sociais das pessoas com deficiência, colocando em prática, através de requisição e validação dos direitos enunciados pela Política de Assistência Social citada na Constituição de 1988-Art 203 inciso IV que garante a assistência social para a habilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida cotidiana, sendo reforçada pela Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS-1993-Art 20 que enuncia o Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência, sendo mais conhecido como BPC/LOAS, também na Política Nacional da Assistência Social em 2004 e o Sistema Único da Assistência Social 2005-PNAS/SUAS que aborda o acolhimento institucional em 2 modalidades: *abrigo institucional e residência inclusiva*.

Essas leis garantem à pessoa com deficiência, o direito acesso a instituições para continuar aprendendo após a idade escolar, fundamentos que serão utilizados na sua vida cotidiana para ampliar suas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essas

políticas públicas também visam garantir que as instituições tenham condições estruturais e de equipe para traçar um projeto educacional que seja voltado para o desenvolvimento gradual de construção de nível de autonomia, dignidade, pertencimento do sujeito e propiciar a efetivação da garantia dos seus direitos sociais, resultando em um estímulo de vida, evitando a institucionalização desses sujeitos ou, mesmo que institucionalizados, possam ir para a instituição com uma base de desenvolvimento de conceitos de autonomia.

4 METODOLOGIA

Corroborando com Gil (2008, p.1), a pesquisa “pode-se definir como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, portanto, para delinear um projeto de pesquisa é necessário determinar etapas e definir problemas a serem respondidos, traçando metas que possam responder os questionamentos com informações ou fatos que esclareçam os fenômenos estudados.

A metodologia adotada para o projeto em questão foi Pesquisa de Campo, segundo Gonsalves (2001):

Pesquisa de Campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Neste caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas[...] (GONSALVES, 2001, p. 67).

Todo fenômeno natural, todas as vivências e acontecimentos podem ser estudados e analisados como ponto de partida para uma pesquisa de campo qualitativa, pois conforme as reflexões de Yin (2016, p. 6) “em qualquer campo a pesquisa qualitativa representa um modo atraente e produtivo de fazer pesquisa”.

Desse modo, espera-se contribuir para os estudos da temática trazendo para a sociedade dados que possam facilitar o dia a dia das pessoas com deficiência intelectual, contribuindo com a rotina e inclusão social.

Por esta razão, acredita-se que essa temática seja de suma importância em muitos aspectos, contribuindo com o desenvolvimento da vida pessoal e profissional das pessoas com deficiência intelectual, discutindo sua inserção no mercado de trabalho, no ensino tecnológico ou superior e na sua convivência social, pois, estes sujeitos podem necessitar de uma maior preparação para vida adulta, onde a autonomia é um aspecto igualmente essencial para auxiliar em muitos aspectos, como na formação escolar, na participação em redes sociais, na inclusão do mercado de trabalho, na convivência social, dentre muitos outros.

O grande desafio é compreender como este processo se dá na fase adulta, tendo em vista as muitas peculiaridades que podem envolver ou anteceder este processo de aprendizado, analisando, a partir da perspectiva da família e do próprio sujeito, a fim de identificar os apoios necessários para passar estes conceitos de forma clara e objetiva, desenvolvendo um aprendizado prazeroso e qualitativo.

4.1 COLETA DE DADOS

4.1.1 Participantes Escolhidos

A pesquisa em questão foi realizada com quatro participantes com deficiência intelectual em uma instituição especializada situada na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul e com um sujeito da cidade de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, aqui denominados como “A1”, “A2”, “A3”, “A4”, “A5”, todos do sexo masculino e com idades entre 18 e 40 anos e com um familiar de primeiro grau de cada sujeito, aqui denominados “F1”, “F2”, “F3”, “F4”, “F5”, para preservar suas identidades.

4.1.2 Critérios de Inclusão e Exclusão de Participantes

Os critérios de escolha adotados foram definidos para responder os questionamentos predeterminados no problema de pesquisa e tema escolhido, corroborando com Gil (2002, p.138-139) “Os critérios de seleção dos casos variam de acordo com os propósitos da pesquisa”, sendo assim, foram selecionados sujeitos com deficiência intelectual, com idade superior a 18 anos e inferior a 40 anos, um familiar de primeiro grau que tenha participação ativa na vida do sujeito.

4.1.3 Instrumentos Utilizados na Coleta de Dados

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados dois roteiros de entrevista aberta com diferentes questionamentos semiestruturados, elaborados para cada participante. Os roteiros estão disponibilizados nas Apêndices e contêm as perguntas que nortearam os assuntos abordados nas entrevistas, sendo 17 perguntas destinadas para o familiar de primeiro grau e 13 perguntas para o sujeito com deficiência. Os roteiros foram disponibilizados previamente para cada participante analisar a temática de cada pergunta e foram levados impressos no ato da entrevista para servir de apoio e nortear os questionamentos, tendo em vista que, “o que torna o estudo qualitativo são as ideias, pensamentos e ideais descritos pelos entrevistados, trazendo fatos e pontos de vista que podem ser utilizados como base para análise de teorias existentes, sendo o início de novos conceitos baseados na triangulação das vivências reais dos sujeitos entrevistados (YIN 2016, p.28).

4.1.4 Procedimentos para Coleta de Dados

As entrevistas foram realizadas com os sujeitos, sendo pré-agendadas com cada participante, tendo em média duas horas de duração, realizadas na residência de cada um, pois devido a pandemia do Covid-19, poucos sujeitos estavam frequentando a instituição e, após determinado período, o recesso das aulas impossibilitou a realização na instituição. A entrevista com o sujeito situado em Santa Catarina, foi realizada remotamente através da plataforma *Google Meet* e, posteriormente, transcrita e analisada como as demais realizadas na cidade de Santa Maria.

4.1.5 Procedimentos para Análise dos Dados

Os dados coletados nas entrevistas foram gravados em áudio, transcritos na íntegra e analisados de forma qualitativa.

Percebe-se que é necessário um cuidado ao analisar os dados coletados, pois segundo Gil (2020 p. 141) “o mais importante na análise e interpretação de dados é a preservação da totalidade da unidade social”, deixando a parte opiniões e percepções pessoais do pesquisador, analisando sempre as respostas dos participantes, comparando com a literatura escolhida como base de fundamentos e conceitos sobre a temática, para minimizar as respostas obtidas com margem de dúvidas ou questionamentos ocultos por parte dos participantes e compreender os fenômenos encontrados.

4.1.6 Aspectos Éticos Adotados

Os participantes da pesquisa foram convidados através de um contato prévio, para averiguar o interesse do participante de forma voluntária, após o aceite foi enviado o convite formal com o termo de aceitação e livre consentimento, contendo nele detalhado o objetivo da pesquisa, sua forma de divulgação, assim como as garantias de confidencialidade dos dados de todos os participantes e as perguntas utilizadas no dia da entrevista pessoal.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Os sujeitos desta pesquisa, identificados na tabela a seguir, foram entrevistados para obter as respostas necessárias para alcançar os objetivos da pesquisa em questão.

Quadro 4 – Apresentação dos Sujeitos Participantes da Pesquisa

Sujeito	Idade	Formação Escolar
A1	25 Anos	Ensino Médio Completo
A2	32 Anos	Nenhuma
A3	32 Anos	Ensino Médio Completo
A4	37 Anos	Ensino Fundamental Completo
A5	20 Anos	Frequentou somente a Classe Especial

FONTE: A Autora (2021)

Quadro 5 – Apresentação dos Familiares Participantes da Pesquisa

Familiar	Idade	Formação Escolar	Profissão	Grau Parentesco
F1	Entre 56 e 64	Ensino Superior Completo	Professora de Geografia	Mãe
F2	Entre 46 e 55	Ensino Fundamental Completo	Auxiliar Administrativo	Mãe
F3	Entre 46 e 55	Direito - Especialização	Funcionário Público	Pai
F4	Mais de 65	Ensino Superior Completo	Aposentada	Mãe
F5	Entre 56 e 64	Ensino Fundamental Completo	Do Lar	Mãe

FONTE: A Autora (2021)

Os entrevistados apresentam idades diferenciadas e, em sua maioria, frequentaram a sala de aula comum, mas, nem todos tiveram o acompanhamento de um Educador Especial dentro da escola, como menciona F4 “*na escola não tinha na época*”, ou passaram a ter acesso após um período dentro da escola, como relata a fala de F1 “*... a partir do 5º ano as educadoras passaram a acompanhá-lo em sala de aula*”. Suas trajetórias demonstram a importância das intervenções desde a infância para o desenvolvimento de cada sujeito.

A1 frequentou a escola desde a educação infantil, como relata sua mãe F1 “...com 1 ano e meio de idade. Aos 20 anos ele concluiu o ensino médio”, após este período a família buscou atividades que complementassem o seu dia a dia mantendo seu nível de desenvolvimento alcançado dentro da escola e, até mesmo, ampliando seus conhecimentos e o convívio social.

Já A2 tem uma realidade diferenciada, pois não se adaptou à escola e frequentou somente APAE desde os 3 meses até os 29 anos de idade, neste período, a família propiciou convívio social, levando A2 para passeios, confraternizações familiares. Dentro das instituições ele teve outros apoios para auxiliar no seu processo de desenvolvimento.

A3 tem uma trajetória escolar desde a infância, porém, com uma entrada tardia, como relata F3 em sua fala quando questionada sobre sua trajetória escolar, “Ah, eu acho que com 7 ou 8 anos ele entrou e saiu com 22 anos”, a família também buscou ofertar em casa apoios extras que auxiliassem no desenvolvimento de A3, sempre buscando ampliar as suas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.

A4 assim como A1, frequentou a escola até concluir o ensino médio, porém, sua entrada foi mais tardia como A3, pois segundo F4 “Entrou por volta dos 7 anos e saiu em 2017, em 2010 ele entrou na APAE” e após este período passou a ter fora da escola estímulos vindos de diversos apoios buscados pela mãe.

A trajetória na escola de A5 iniciou cedo, desde a educação infantil segundo a fala de F5 “Ele entrou na escola, ele tava...é aqui na creche... tiraram as fraldas dele lá, eu acho que ele tinha ... 6 eu acho, seis anos, e depois saiu da, depois que ele saiu da creche ele estudou no Marechal, ali no Dom Antônio e depois foi pro Xavier, Xavier ele estudo até ... até os 20, agora não tem mais classe especial”. Mesmo tendo frequentado a escola ele não oraliza palavras, mas tem uma comunicação com a família e amigos próximos, pois é carinhoso e tem facilidade de fazer amizades.

Essa diferença se dá devido ao ingresso dos mesmos na escola em períodos diferentes, sendo que alguns entraram na escola antes da LDB nº 9394/96, a qual traz em seu Capítulo 5 “sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno portador de necessidades especiais”, dentro das salas de aula comum.

Percebe-se pelas falas a preocupação dos familiares em ofertar apoios mesmo fora da escola para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem do sujeito, buscando apoios e conhecimento sobre a deficiência.

A tabela a seguir, traz as principais características de cada familiar entrevistado, na busca de compreender a realidade cultural de cada um.

O conhecimento da família quanto à deficiência auxilia no processo de aceitação e compreensão, para dar suporte e buscar os apoios necessários para o desenvolvimento das habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, necessárias para que o sujeito possa desenvolver os conceitos que farão a base no seu desenvolvimento intelectual e a sua qualidade de vida (QV), pois “de acordo com a definição da OMS, QV é a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, considerada no contexto da cultura e dos valores nos quais vive e elabora seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (OMS, 1996)”.

Percebe-se pelas falas de todos os familiares que, não havia nenhum conhecimento quanto à deficiência antes do nascimento do seu familiar, como explica o quadro a seguir.

Quadro 6 – Conhecimento Sobre a Deficiência

F1	<i>“Quase nenhum. Convivi apenas com um tio cadeirante que teve poliomielite aos 18 anos de idade e foi um exemplo de dignidade para mim. Tinha trabalho, esposa e filhos que foram muito bem-educados pelo casal”</i>
F2	<i>“Nenhum”</i>
F3	<i>“Nenhum, né “F3a” (familiar se refere ao Pai do sujeito), antes dele nascer nunca tínhamos ouvido falar da Síndrome de Willians², só depois do nascimento dele que a gente passou a procurar informações né...”</i>
F4	<i>“Nenhum, quando o “A4” nasceu ele era perfeito, normal, daí eu descuidei, pensei que ele tinha a minha cor, mais escura né, mas ele está com Icterícia, só percebi quando vi o olho dele né. Daí levei ele no neuro, porque ele tinha a cabeça grande e chegaram a pensar que ele tinha microcefalia, mas não era, ele era grande mesmo. Daí eu comecei a pesquisar né, eu né, o pai dele nunca foi presente, nunca se importou”</i>
F5	<i>“Nenhum, antes do “A5” nasce nenhum, só depois que ele nasceu que a gente ficou sabendo da... até fiquei surpresa quando a... que o “A5” tinha essa síndrome de Dow³. Via pela televisão né, a Xuxa que passava aquelas crianças assim, que até fiquei preocupada, mas antes dele nasce não tinha conhecimento nenhum”</i>

FONTE: A Autora (2021)

² SÍNDROME DE WILLIAMS é uma desordem genética, porém, sua transmissão não é genética, caracterizada por “face de gnomo ou fadinha”, nariz pequeno e empinado, cabelos encaracolados, lábios cheios, dentes pequenos e sorriso frequente. Estas crianças normalmente têm problemas de coordenação e equilíbrio, apresentando um atraso psicomotor. (Fonte: fiocruz.br)

³ SÍNDROME DE DOWN as pessoas apresentam 47 cromossomos em cada célula, ao invés de 46 como as demais. Este cromossomo extra localiza-se no par 21; por este motivo, a síndrome poder ser chamada de Trissomia do 21. Estima-se que em cada 550 bebês que nascem, um tenha a Síndrome de Down. (Fonte: Rodrigues, 2008 p.31).

Corroborando com Fleith (2007, p. 75), a família constitui um dos primeiros contextos de realidade social, onde o sujeito vivencia momentos de convívio social, partilha da aprendizagem da cultura passada de geração em geração, sendo fundamental para o desenvolvimento humano, como um membro ativo da sociedade.

Vê-se que o conhecimento sobre a deficiência auxilia no processo de desenvolvimento do sujeito, tendo em vista que, este tem momentos diferenciados, como cita Fleith.

[...]o movimento de mudança e continuidade ocorre a partir da influência de vários fatores, dentre os quais destacamos: o momento histórico de vida do indivíduo; a sociedade e a singularidade de seus aspectos econômicos, políticos, culturais; o sistema familiar de origem do indivíduo, envolvendo sua dinâmica e especificidades, como valor, regras, opiniões; as características físicas e de personalidade do indivíduo e sua subjetividade. (FLEITH 2007, p. 75)

Portanto, a família é a base de formação que repassa características únicas, ensinamentos com a atenuação ou amplificação necessária para dar os incentivos positivos ou negativos propiciando oportunidades conforme suas capacidades e conhecimentos.

A família, certamente, é um fator de grande influência no desenvolvimento humano, tanto geneticamente, como emocionalmente, assim como as estratégias adotadas podem trazer influências significativas de forma positiva ou negativa, diretamente no desenvolvimento do sujeito, obter conhecimento do desenvolvimento do sujeito com deficiência, suas etapas, características e dos fatores que vão promover esse desenvolvimento atípico e suprir as lacunas vindas das suas especificidades é fundamental.

As famílias pesquisadas buscaram as informações necessárias após o nascimento dos sujeitos para compreender a realidade e buscar os apoios, incluindo nas atividades de vida diária os estímulos para auxiliar no processo de desenvolvimento, modificando seu ambiente, construindo dentro de cada realidade cultural e financeira, uma base sólida para que eles pudessem se desenvolver e usufruir das mesmas oportunidades ofertadas a todos.

Primeiramente, realizou-se um levantamento através de uma conversa prévia com os familiares e com os sujeitos para obter as informações básicas necessárias e traçar o método de análise dos dados coletados, assim como, um perfil baseado nas habilidades adaptativas conceitual, social e prática encontradas e nas habilidades desenvolvidas após as intervenções das redes de apoio.

As falas dos familiares, também foram analisadas através das respostas obtidas pela entrevista para mapear os apoios que foram essenciais no processo de desenvolvimento e

ampliar as habilidades necessárias para a autonomia do sujeito na transição do sujeito à vida adulta.

O quadro a seguir, apresenta um comparativo dos participantes referente aos apoios que os sujeitos tiveram acesso durante suas trajetórias até a transição para a vida adulta e as dificuldades e facilidades que a família encontrou neste percurso.

Quadro 7 – Apoios Ofertados e as Dificuldades e Facilidades Encontradas

(Continua)

Sujeito	Apoios	Dificuldades	Facilidades
A1	-Fisioterapia -Terapia Ocupacional -Hidroterapia -EcoTerapia -Educação Especial -Música -Artes -Fonoaudiólogo -Natação -Academia (Personal) -Atividade Física (Personal)	“A compreensão deficiente dos adultos: pais, gestores e professores(F1)”.	Não mencionou
A2	-APAE Blumenau -APAE Rio do Oeste -APAE Jaraguá do Sul	“Nenhuma(F2)”.	Não mencionou
A3	-Fisioterapia -Fonoaudiólogo -Neurologista -Educador Especial -Terapia Ocupacional -Futsal -Eco Terapia -Natação -Academia -Vôlei -Informática -Aula de Violão -Aula de Bateria -Aula de Canto	“Teve dificuldade, porque foi mais demorado para ele aprender, se engajar, e nas matérias, assim!... a escola não tá preparada, porque ela ...quer que a pessoa aprenda, dão lá A, B, C, D e a pessoa já tem que saber! E daí?! A criança aprende? E a pessoa já passa pro F, G, H, I,.. ...a professora tinha que tá preparada, que ele tinha síndrome, passei tudo assim, o ...causava, que é essa desatenção, ...Que de repente ele quer olhar tudo e não olha nada...isso foi só nos primeiros anos, até conhecer ele, depois que já conheceram, sabiam como é que era, só foi. É que foi nos processos de mudança, acho que ainda tá mudando né! (F3)”.	A escola recebeu o Conhecimento vindo do histórico do aprendizado do sujeito através de relatos da Educadora Especial

Quadro 7 – Apoios Ofertados e as Dificuldades e Facilidades Encontradas

(Conclusão)

Sujeito	Apoios	Dificuldades	Facilidades
A4	-Neurologista -Psicóloga -APAE -Natação -Educação Física (Passeios)	“O fato dele ser assim, muito sociável, falar o tempo todo, não parar quieto, dificultou muito e as escolas não estavam preparadas pra receber ele, não tinha ninguém que entendesse ele, era muitos alunos na sala(F4)”.	Não mencionou
A4	-Neurologista -Psicóloga -APAE -Natação -Educação Física (Passeios)	“O fato dele ser assim, muito sociável, falar o tempo todo, não parar quieto, dificultou muito e as escolas não estavam preparadas pra receber ele, não tinha ninguém que entendesse ele, era muitos alunos na sala(F4)”.	Não mencionou
A5	-Escola Luiz Boa -APAE -Escola Bem Viver -Fonoaudiólogo	“...lá...no Xavier...a professora falava muito que ele não prestava atenção, não parava sentado, era muito difícil... ...quando tinha festa coisa ele não participava por que ele tinha medo(F5)”.	Não mencionou

FONTE: A Autora (2021)

Através das colocações de F2 e F5 sobre os apoios que A2 e A5 tiveram acesso, percebeu-se que as intervenções foram propiciadas dentro das instituições que frequentaram, eles tiveram acesso restrito à sala de aula regular, tendo pouco convívio social com sujeitos sem deficiência no contexto escolar.

Diferentemente, os relatos de F1, F3 e F4, apontam que A1, A3 e A4 frequentaram a sala de aula regular tendo essas vivências mais evidentes no seu desenvolvimento das habilidades adaptativas.

A fala dos participantes aponta que, em sua maioria, tiveram o acesso a apoios extras vindos de projetos ou atendimentos particulares, dentro da escola nem sempre encontraram profissionais aptos para trabalhar em prol do desenvolvimento do sujeito com deficiência. Outro ponto que destaca-se nas falas dos participantes é o fato de somente o F3 mencionar as facilidades encontradas neste percurso na fala “...lá naquele outro lá do EJA, por outro lado, a agente não teve problema nenhum! Porque quando ele chegou lá a orientadora educacional foi junto, e ficou conversando lá com as professoras, sabe, mostrou a pesquisa que ela tinha feito...”, reforçando que o conhecimento quanto a deficiência e as suas

especificidades, tanto da escola como da família, é um fator fundamental facilitador para encontrar estratégias que alcancem esse sujeito.

A falta de preparo dos professores, gestores, da comunidade escolar é apontada por quase todos familiares, muitas vezes, esses profissionais confundiam as especificidades de cada sujeito com falta de disciplina, falta de atenção, agitação, desinteresse, rebeldia.

Os relatos deixam claro o despreparo dos profissionais, a falta de estrutura nas escolas e a escassez de leis que garantissem os direitos desses sujeitos para ter acesso a materiais e apoio que auxiliassem no processo de desenvolvimento das habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, Lopes (2016, p. 35) aponta que “... o domínio de uma habilidade adaptativa depende das oportunidades que o indivíduo teve de observá-las e experienciá-las”, sendo assim, ter acesso dentro e fora da escola é fundamental para alcançar a aprendizagem.

Esse discurso ainda está presente na realidade das famílias e nas escolas, mesmo após os esforços para mudar essa realidade, vindos da criação de cursos de graduações na área de Educação Especial, trazendo para o mercado de trabalho novos profissionais formados e aptos para atender esse público, assim como formações para professores com diversas temáticas, leis e decretos voltados para garantir os direitos e a inclusão escolar dos sujeitos com deficiência nas escolas e da conscientização da população através de pesquisas, publicações e oficinas com esclarecimentos sobre a temática.

Os quadros a seguir irão demonstrar um comparativo da trajetória de vida diária de cada participante quanto aos apoios necessários para realizar tarefas cotidianas.

TABELA 8 – Atividades que realiza com e sem Apoios

(Continua)

Sujeito	Atividade Realiza Sem Apoio	Atividade Realiza Com Apoio
A1	<p><i>“Troco a roupa, vou ao banheiro, lavo o rosto, escovo os dentes, faço xixi, dou descarga, lavo as mãos(A1)”.</i></p> <p><i>“Banheiro – banho – encontra alimentos prontos na geladeira e na fruteira – serve o próprio prato – lava prato e talheres – serve alimento ao gato - faz busca de músicas e programas na internet do celular(F1)”.</i></p>	<p><i>“Montar um sanduíche – retirar vasilhas da geladeira (as da frente primeiro para depois, retirar as que estão atrás). Essa dificuldade (coordenação visomotora) inibe o “A1” de ir além e preparar seu próprio alimento(F1)”.</i></p> <p><i>“Pelo mesmo motivo, ele ainda não está apto a atravessar a rua ou ir ao supermercado ao lado(F1)”.</i></p>

TABELA 8 – Atividades que realiza com e sem Apoios

(Continua)

Sujeito	Atividade Realiza Sem Apoio	Atividade Realiza Com Apoio
A2	<p><i>“Organizar seu quarto, cuidar dos seus pertences etc. (F2)”.</i></p>	<p><i>“Colocar comida quente no prato(F2)”.</i></p>
A3	<p><i>“Toma banho, toma café de manhã e de tarde, arruma o quarto, coloca a roupa, escova os dentes, ele faz todo o básico da rotina sozinho, mas precisa lembrar(F3)”.</i></p> <p><i>“Macarrão, com guisado junto. O pai, faz café, daí. Arrumo o pão, gosto salgado, se sobrou arroz com feijão, já misturo os dois junto. De manhã preparo leite com Nescau, daí. Quando termino ponho na pia(A3)”.</i></p> <p><i>“Eu mesmo, guardo. Sapato passo a graxa(A3)”.</i></p>	<p><i>“Tem serviços que ele consegue fazer sozinho, é independente! Mas, tem serviços mais elaborados que não dá! Ele passa a bruxa na cozinha male porcamente, e mesmo os serviços mais simples que ele faz, porque ele é preguiçoso, a gente tem que tá cobrando, porque por conta assim, todos os dias, todos os dias têm que tá cobrando. Os lixo pra frente, tem que lembrar toda vez, os lixo que é compromisso dele, e se tu não cobrar ele não faz, é terça quinta e sábado, se tu não falar ele não vai. Água da cadela, ração e rastelas as folhas, que as árvores derrubam, é bem simplesinha, ele faz, mas tem que lembrar, tem que mandar. Se deixar por conta, é que nem o banho, se deixar por cota ele não toma banho. E o dente também, ele não quer escovar(F3)”.</i></p>
A4	<p><i>“Ele faz tudo sozinho, mas é preguiçoso. Mas, ele sabe ir no banheiro, tomar banho, ele se veste, escolhe a roupa dele, esquenta a comida no micro, me ajuda na louça, ele faz bem direitinho, mas quando quer. A cama por exemplo, ele estende, mas demora muito tempo e se não consegue deita do jeito que tá, então eu faço. De manhã eu arrumo o café, com um pão, com queijo, mortadela, pra ele não fazer muita sujeira, mas se precisar ele faz sozinho sim(F4)”.</i></p>	<p><i>“Eu ajudo ele a se limpar às vezes, porque ele é muito grande e fica sujo, daí eu ajudo. A comida, o almoço. No banho eu ajudo ele a se lavar direito(F4)”.</i></p>

TABELA 8 – Atividades que realiza com e sem Apoios

(Conclusão)

Sujeito	Atividade Realiza Sem Apoio	Atividade Realiza Com Apoio
A5	<p><i>“Toma banho sozinho, olha televisão, quando tá disposto ele, ele ajuda, varre aqui dentro, as vezes ajuda lava a louça, sabe mexe em tudo né, até melhor que eu, televisão, às vezes... é ele faz bastante coisa, agora, agora ele acho que ele tá bem melhor que antes, aprendeu mais coisas, tanto que ele não sai né, passa dentro de casa e mesmo assim(F5)”</i></p>	<p><i>“De apoio? Olha quase nada, é que ele é muito preguiçoso, eu trago as coisa pra ele, ele não que faze, às vezes eu arrumo comida pra ele, ele tem que traze pra ele, mas quando ele que come sozinho que eu não tô por perto ele se serve sozinho, ele toma banho sozinho, a roupa ele que escolhe, faz tudo sozinho(F5)”</i></p>

FONTE: A Autora (2021)

A realização das tarefas rotineiras de higiene pessoal, vestimenta e organização básica estão presentes nas falas de todos os participantes, todos os familiares incentivam a autonomia dos sujeitos quanto a este quesito, já conceitos mais completos como: sair sozinho, ter noção básica de dinheiro e responsabilidade com suas tarefas, apenas o participante A3 demonstra obter um desempenho mais avançado, os demais desenvolveram autonomia, porém, necessita de algum tipo de apoio para executá-la com eficácia e segurança.

Corroborando com Lopes:

A incapacidade de executar as diferentes habilidades adaptativas pode prejudicar uma pessoa de agir independentemente. Gonçalves e Machado (2012) enfatizam que a interação do aluno com DI em relação às exigências do meio no desempenho de suas necessidades de independência pessoal, sua faixa etária e conteúdo cultural transmitido e vivenciados indicam o seu comportamento adaptativo. Todavia, o domínio de uma habilidade adaptativa depende das oportunidades que o indivíduo teve de observá-las e experienciá-las (LOPES, 2016 p. 36).

Este fator não nos remete a uma independência do sujeito, mas sim, uma autonomia de vida diária, onde ele desenvolveu as habilidades de responsabilidade social, quanto ao seu lugar no âmbito familiar.

No quadro a seguir, evidenciamos alguns fatores fundamentais para o desenvolvimento das habilidades adaptativas conceituais sociais e práticas.

Quadro 9 – Apoios que Promoveram o Desenvolvimento das Habilidades Adaptativas
Conceituais, Sociais e Práticas

(Continua)

Sujeito	Apoios	Habilidades
		Potencializadas
A1	<p><i>“O convívio social é a peça mais fundamental para a saúde mental, emocional e espiritual da pessoa(F1)”.</i></p> <p><i>“É difícil dizer qual apoio produziu essa ou aquela aquisição. É um conjunto(F1)”.</i></p>	<p><i>“Desde muito cedo percebemos o quanto o convívio com outras crianças foi fundamental para a estimulação do “A1”.</i></p> <p><i>A criança repete o que vê as outras fazendo. Foram muitos os benefícios: desde o aprender a caminhar, a atravessar a piscina caminhando com equilíbrio, a passar de simples garatuja para lindos desenhos, a desenvolver interesses por brincadeiras, assuntos, aprendizados e regras de convívio social. São referenciais fundamentais ao longo de toda a vida. O período em que ele esteve na escola básica foi de grande desenvolvimento. Esses estímulos tendem a cessar quando se conclui o ensino médio (F1)”.</i></p>
A2	<p><i>“Todos, porque quanto mais explorados melhor convivência ele consegue ter mais sociável menos timidez menos medo de conviver com pessoas estranhas(F2)”.</i></p>	<p><i>“Melhor entrosamento, mais sociável(F2)”.</i></p>

Quadro 9 – Apoios que Promoveram o Desenvolvimento das Habilidades Adaptativas Conceituais, Sociais e Práticas

(Conclusão)

Sujeito	Apoios	Habilidades
		Potencializadas
A3	<p><i>“Quase que todos, todos, tiveram sua contribuição, não dá para excluir nenhuma, porque, Psicólogo ajuda, Educador Especial nem se fala, Futebol de salão ele ama, onde ele aprendeu a jogar se entrosar, jogar em equipe, e a bateria onde ele faz aquele movimento com a mão e os dois pés, e as duas mãos, a coordenação motora... A gente vê que tudo ajudou, e esse Psicólogo...Leva ele no shopping, leva ele conhecer a cidade...esses dias ele veio aqui em casa, fazer xis, até para trabalhar com a questão de dinheiro, né! (F3)”.</i></p>	<p><i>“...ele vê os outros, de como estão se comportando e tenta imitar, tenta fazer igual, por que se tu deixar ele separado aí, ele vai realmente ficar para trás! Né! A Inclusão é importante, mas o profissional ele tem que tá apoiado também, o profissional tem que ter apoio(F3)”.</i></p>
A4	<p><i>“Acho que a APAE foi maravilhosa, lá tem todos os recursos né, lá ele pode estudar, fazer oficinas, fono e todas essas coisas ajudam ele a se desenvolver né e principalmente eu sempre puxei ele pra aprender as coisas em casa(F4)”.</i></p> <p><i>“Acho que todas tiveram uma importância na vida dele, cada uma no seu momento(F4)”.</i></p>	<p><i>“Ele conversa né, faz amizade, aprende a conviver com as outras pessoas(F4)”.</i></p>
A5	<p><i>“...a professora dizia que ele ia sozinho(banheiro), lá no Luiz Boa também, ele ia sozinho... Se sai assim ele se dá bem com todo mundo, mesmo não conversando, e abraça, e até nem saio com ele por causa disso, por causa que agora nem dá pra sair com ele(F5)”.</i></p>	<p><i>“A importância? É eu acho que é... eu acho que é muito importante pra ele, mas como a gente não vai nessas, e a gente até ia frequentava com o guri do..lá da APAE, mas ele tinha medo, não queria fica, daí a gente deixou de í, mas eu acho que deve se importante pra ele. Ele sempre foi classe especial desde pequenininho(F5)”.</i></p>

FONTE: A Autora (2021)

Percebe-se pelas colocações das falas, a importância de propiciar uma rede de apoio ao longo do desenvolvimento do sujeito que abranja diversas áreas, os participantes da pesquisa não apontam um ou outro recurso como o único agente potencializador das habilidades de autonomia, mas sim, para a importância de todos eles, na sua respectiva fase, seja física, cognitiva, social ou afetiva.

Percebe-se que a família buscou, principalmente, recursos que propiciassem o desenvolvimento através do convívio social, onde os sujeitos tiveram a oportunidade de observar e replicar aprendizagens vindas da convivência com seus pares dentro das escolas e das instituições frequentadas.

Seeger (2016) aponta a importância da rede de apoio para o desenvolvimento humano e das principais habilidades que necessitamos para autonomia.

A atuação de diferentes profissionais e de diversas especializações (Educação Especial, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional), no processo de ensino e de desenvolvimento de habilidades motoras, intelectuais e de socialização, é requisito para que as pessoas tenham ampliadas as suas condições de desenvolvimento (SEEGGER, p. 95)”

Seeger aborda a reflexão quanto ao tratamento que os profissionais da rede de apoio remetem ao sujeito, ressaltando que estes recursos precisam ser aplicados conforme a faixa etária de cada sujeito, pois, muitos são infantilizados anulando o potencial de desenvolvimento, tornando-se um grande obstáculo neste processo de desenvolvimento das habilidades de autonomia social e de vida diária dos sujeitos, sendo elas uma das principais características necessárias para vida autônoma.

Quadro 10– Perspectiva Para o Futuro

(Continua)

Perspectiva para o Futuro		
	Sujeito	Familiar
A1	<p><i>“Trabalho, Companheira, Amigos, Casa. Ser útil na vida. Aprender. Trabalhar, ter um trabalho eu gosto. O homem precisa trabalhar. Gostaria de fazer Artes. Quero trabalhar com cerâmica. Para fazer uma obra criativa que depois eu possa vender(A1)”.</i></p>	<p><i>“Esperamos que ele seja feliz(F1)”.</i></p>

Quadro 10– Perspectiva Para o Futuro

(Conclusão)

Perspectiva para o Futuro		
	Sujeito	Familiar
A2	<i>“Ser feliz com pessoas que amo(A2)”.</i>	<i>“Nenhuma(F2)”.</i>
A3	<i>“Ter minha própria família, ter meus filhos, ter um emprego também! Ser professor de Música(A3)”.</i>	<i>“Ah, a gente queria que ele tivesse uma profissão para ter uma ocupação né, mas financeiramente ele vai ter os aluguéis das lojas comerciais que deixamos reservado pra isso já e os cuidados do dia a dia as irmãs vão fazer, mas a gente quer que ele tenha independência principalmente nas tarefas de casa, que ele consiga continuar fazendo tudo como já faz, pra não ser um fardo pra ninguém né. Mas principalmente a gente quer que ele seja feliz(F3)”.</i>
A4	<i>“Eu quero ir na aula de natação e quero meu maiô preto. Eu acho muito lindo o maiô preto da natação(A4)”.</i>	<i>“Eu acho que ele não vai evoluir muito, acho que eu já fiz por ele tudo que podia. Eu tentei colocar ele aqui no mercado para trabalhar, mas ele não passou, não sei que tipo de teste que eles fazem também, mas ele não queria mesmo. Ele não pode trabalhar fora por que se torna inconveniente né, com essa forma de falar, ele irrita, como ele fez com você agora e nem todas as pessoas gostam... Então, a vida dele vai ser assim, eu só quero durar bastante, porque não sei o que vai ser dele depois sem mim, ele é muito apegado. Eu fiquei doente esses dias e precisei ser internada e ele ficou muito triste, quando voltei ele me abraçou e disse: -mãe que bom que voltou, só você me entende, eu achei que você tinha ido pra Deus(F4)”.</i>
A5	O sujeito não oraliza e não respondeu o questionário.	<i>“Ai eu acho que isso aí tá difícil, até agora, que passa agora esse negócio da Covid, eu quero vê se acho um lugar que ele possa ir pra frequenta pra fazer alguma atividade, por que já que na escola não tem mais como í(F5)”.</i>

FONTE: A Autora (2021)

Buscou-se questionar os sujeitos e seus familiares, a fim de saber quais eram as suas expectativas e planos para o futuro, encontrando diferentes pontos de vista nas respostas, principalmente dos próprios sujeitos, frente aos seus familiares.

A1 e A3, demonstram claramente a vontade de ter uma profissão, de formar uma família e dar continuidade as suas tarefas diárias, mencionando as respectivas profissões desejadas, fazendo menção em continuar atividades que fazem no momento, tornando-as uma profissão para o futuro.

A visão familiar dos dois sujeitos, apontam que a felicidade e o bem-estar de seus filhos é a maior preocupação, pois a parte financeira já está definida, restando a necessidade de encontrar formas de manter suas habilidades de autonomia desenvolvidas e encontrar uma ocupação futura.

Os sujeitos A2, A4 e A5 não demonstram ter clareza da sua realidade profissional ou futura, apresentam o desenvolvimento de algum tipo de autonomia, como relatam os familiares em suas falas, mas, sem perspectiva futura para uma profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe questionamentos importantes quando ao desenvolvimento das habilidades adaptativas do sujeito com deficiência intelectual e os apoios necessários para o seu desenvolvimento, bem como a reflexão quanto à realidade cultural, social, econômica e o conhecimento das famílias interferem diretamente nesse processo.

A1 e A3 vem de famílias estruturadas economicamente e buscam desenvolver e potencializar a cultura dos sujeitos através da música, da educação e do desenvolvimento do intelecto, e claramente acreditam na importância do sujeito desenvolver-se socialmente desde a infância, para ampliar a sua comunicação e desenvolver sua consciência social, propiciando intervenções variadas para que seus filhos obtivessem a oportunidade de desenvolver ao máximo seu potencial e ampliar as habilidades de autonomia, aprendendo a se expressar, buscando seu espaço e desempenhando seu papel dentro da sociedade.

No entanto, o mesmo não se reflete nas falas dos familiares de A2, A4 e A5, pois fica evidente a importância com a felicidade do sujeito, baseada nas necessidades básicas de sobrevivência humana, como a alimentação e higiene pessoal, portanto, as famílias propiciaram apoios básicos, vindos das instituições e escolas que frequentaram, até mesmo pelo baixo custo, sem causar grande impacto na vida financeira da família.

Essas questões claramente interferem no desenvolvimento das habilidades para a autonomia do sujeito com deficiência intelectual, pois, os familiares que, culturalmente, acreditam na importância do papel social que cada sujeito precisa desenvolver para assim pertencer a sociedade e ter autonomia para tomar decisões e fazer escolhas na vida adulta, propiciaram mais apoios e estratégias que os familiares sem essa consciência, ficou evidente a diferença de perspectiva futura quanto ao desenvolvimento pessoal dos filhos com deficiência intelectual, onde as famílias de A1 e A3 demonstram acreditar no potencial de desenvolvimento dos filhos, participando ativamente de suas vidas, acompanhando as intervenções, buscando apoios para desenvolver as habilidades necessárias para promover essa evolução através de diferentes profissionais, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento pessoal intelectual e afetivo dos sujeitos e propiciando a eles a oportunidade de compreender seu papel e dando sentido a sua existência dentro da sociedade.

Já as famílias dos demais participantes demonstram voltar suas preocupações e esforços para o desenvolvimento básico do sujeito, propiciando alimentação, proteção e conforto ao seu familiar, ofertando apoios em instituições que desenvolveram apenas o

convívio social do sujeito e regras básicas de convivência, sem voltar seus esforços para o desenvolvimento intelectual, profissional que são desenvolvidos em diferentes espaços.

A formação escolar também foi um fator que chama a atenção, pois alguns participantes, mesmo tendo terminado o ensino fundamental, não desenvolveram habilidades suficientes para a autonomia, como conhecimento quanto ao valor do dinheiro, sua função econômica, necessidade para sobrevivência e ressarcimento por serviço prestado, apenas A3 demonstra essa habilidade, os demais participantes nem reconhecem a moeda, mas não tem o conceito ou a habilidade da sua função.

Percebe-se através da análise dos dados coletados que, mesmo a pessoa com deficiência intelectual tendo autonomia diária, ela não necessariamente terá independência, seja financeira ou de vida autônoma, necessitando da intervenção para executá-las no tempo correto ou de forma segura. Como relatam os familiares, em sua maioria, os sujeitos desenvolveram habilidades para fazer tarefas diárias básicas, como a sua higiene pessoal, alimentos básicos, como lanches e realizam tarefas domiciliares básicas, como retirar o lixo, organizar o seu espaço, porém, ficou evidente a necessidade da presença de um estímulo e supervisão, garantindo a eficácia e segurança do sujeito.

Ficou evidente a necessidade de fomentar os estudos voltados para a importância desses sujeitos dentro da sociedade, sendo seres autônomos, com responsabilidades, deveres e direitos, para que os familiares possam compreender os sujeitos com deficiência intelectual e, mesmo com suas especificidades, podem desenvolver-se e alcançar autonomia na sua vida adulta.

Conclui-se que, foi possível evidenciar através dessa pesquisa os apoios necessários para o desenvolvimento das Habilidades adaptativas, conceituais sociais e práticas na transição para a vida adulta dos sujeitos com deficiência intelectual, dentre estes apoios é possível apontar a importância do acompanhamento do Educador Especial dentro do âmbito escolar, pois, é de suma importância para o desenvolvimento dos sujeitos esse acompanhamento que beneficia o sujeito, através das intervenções desde seu ingresso do contexto escolar.

Evidenciou-se como apoio benéfico no desenvolvimento dos sujeitos as atividades extracurriculares, as quais, possibilitaram que os sujeitos que receberam este tipo de apoio à estabilidade dos conceitos já adquiridos, o que possibilitou aos mesmos a amplitude de seus conhecimentos através da observação e réplica das aprendizagens vindas da convivência com

seus pares dentro das escolas e das instituições frequentadas, o que foi benéfico para o convívio social dos mesmos.

Afirma-se que a rede de apoio recebida, no decorrer do desenvolvimento humano, foi apontada como fator principal para a aquisição e potencialização das habilidades de autonomia, seja física, cognitiva, social ou afetiva.

Ficou evidente que a falta de conhecimento sobre a deficiência, por parte dos professores, gestores da comunidade escolar e, até mesmo da família, interferiu no processo de desenvolvimento dos sujeitos, pois esses profissionais confundiam as especificidades de cada sujeito com falta de disciplina, falta de atenção, bem como desinteresse e rebeldia dos discentes. Afirma-se que o conhecimento sobre o assunto pode mudar completamente a história escolar de cada sujeito, sendo possível auxiliar no processo de aceitação e compreensão, seja para dar suporte e buscar os apoios necessários para o conhecimento e desenvolvimento dos mesmos.

REFERÊNCIAS

AAIDD 2010. Disponível em: <<https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition/faqs-on-intellectual-disability#.WVZbUITyviU>> Acesso em 27/06/2021 às 20hs.

ALLES, Elisiane Peruffo: **Formação continuada de professores no processo de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual, 2020.**

ALLES, Elisiane Peruffo; CASTRO, Sabrina Fernandes de; MENEZES, Eliana da Costa Pereira; DICKEL, Cláudia Adriane GRAEFF: **(Re)Significações no Processo de Avaliação do Sujeito Jovem e Adulto com Deficiência Intelectual.** - Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n3, p.373-388, Jul.-Set., 2019.

BEZERRA, Sérgio Sampaio. **Investigación & Desarrollo** vol. 27, nº 1 (2019) - ISSN 2011-7574 (on line) <http://dx.doi.org/10.14482/indes.27.1.331>.

BOUERI, Iasmin Zanchi. **Efeitos de um programa educacional para atendentes visando a independência de jovens com deficiência intelectual institucionalizados / Iasmin Zanchi Boueri.** –São Carlos: UFSCar, 2010.

BORGES, Karla Janaine de Moraes: **Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual / Karla Janaine de Moraes Borges,** -- 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: íntegra das emendas constitucionais: textos originais dos artigos alterados (Adendo especial): novas notas remissivas: índice sistemático, cronológico e alfabético-remissivo: súmulas vinculantes. 45. Ed. São Paulo: Saraiva 2011. Art. 203, 205, 208.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > Acesso em 27 de jun. 2021 às 23hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024** de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 27 de jun. 2021 às 23:30hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 27 de jun. 2021 às 21:27hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acessado em: 27 de jun. 2021 às 21:27hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNAS 2004. “Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS).**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei N° 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. “Institui a Lei Orgânica da Assistência Social). _____ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm>. Acessado em: 05 de jul. 2021 às 22:47hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei N°11.274**, de 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm#art3>. Acessado em: 21 de abril, 2022 às 20:25hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei N°13.146**, de 6 de julho de 2015.” Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. _____ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acessado em: 05 de agosto, 2021 às 21:12hs.

BRASIL. **IBGE 2010**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acessado em: 10 de jul. 2021 às 22:29hs.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ministério da Educação Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** Disponível em: <http://www.agenda2020.org.br/arquivos_PropostaAnexos/93Arquivo_EDUC_15_Educacao_Profissional.pdf>. Acessado em: 29 de agosto de 2021 às 00:24hs.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da: **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual** vol. 1 fascículos I – II – III / colaboração: Instituto Benjamin Constant. _____ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

CARNIEL, Thais Carolina Albach; MINETTO, Maria de Fatima; Baril, Nathalie; CORREIA, Isabel Louise de Souza: **Do Apoio A Autonomia: O Papel Do Tutor**. International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicología, N°1 - Monográfico 1, 2019. ISSN: 0214-9877. pp:375-386.

FERNANDES, Helena Estevam and RODRIGUES, Luzia Mara Lima: **A Transição Para A Vida Ativa Em Jovens Com Dificuldades Intelectuais E Desenvolvimentais: O Caso Da Cercimb/Portugal**. Journal of Research in Special Educational Needs Volume 16 Number s1 2016 1055–1060 doi: 10.1111/1471-3802.12134.

FLEITH, Denise de Souza. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: volume 3: o aluno e a família/organização: Denise de Souza Fleith – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Especial, 2007.

FORRETA, Maria; ALVES, Natália: **Efeito Bumerangue: Trajetórias Educativas dos Indivíduos Classificados na Categoria de Deficiência Intelectual**. Sisyphus Journal Of Education Volume 7, Issue 02, 2019, Pp.24-47. Doi: <https://doi.org/10.25749/sis.17666>

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica** 2.ed.Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

GUSMÃO ECR, MATOS GS, ALCHIERI JC, CHIANCA TCM. **Social and conceptual adaptive skills of individuals with Intellectual Disability**. Rev Esc Enferm USP. 2019;53:e03481. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018014903481>

LOPES, Betania Jacob Stange: **Programa de transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual em ambiente universitário** / Betania Jacob Stange Lopes. – São Carlos: UFSCar, 2016.

MASCARO, Cristina Angélica de Aquino Carvalho: **Deficiência Intelectual e Educação Profissional**. –Journal of Research in Special Educational Needs. Volume 16.Number s1. 2016 355–359doi: 10.1111/1471-3802.12296.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; LAZZARIN, Márcia Lise Lunardi; CASTRO, Sabrina Fernandes de, HERMES, Simoni Timm: **Fundamentos da educação especial II** [recurso eletrônico] / Eliana da Costa Pereira de Menezes ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS:UFSM, NTE, 2017, 1 e-book.

MINETTO, Maria de Fátima; CRUZ, Ana Caroline Bonato da: **Práticas Educativas Parentais: Autonomia E Expressão De Afeto**. International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD Revista de Psicologia, N°1 - Volumen 1, 2018. ISSN: 0214-9877. pp:155-164.

LIMA, Michelle Pinto; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves: **Educação Profissional de Pessoas com Deficiência: adaptações para a acessibilidade - PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 31, n. 3, 1065-1098, set./dez. 2013 <http://www.perspectiva.ufsc.br>.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell; tradução: Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.]; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... etal.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente** / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranhão In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

SEEGER da Silva, Rosane: **O processo de Envelhecimento da Pessoa com Deficiência Intelectual e sua Família** – 2016.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. **Deficiência intelectual: realidade e ação** / Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE; organização, Maria Amélia Almeida. – São Paulo: SE, 2012.

SCHALOCK, Robert L.; Luckasson, Ruth; Tassé, Marc J. (2021) **“Intellectual disability: Definition, Diagnosis, Classification, and Systems of Supports”12ª EDIÇÃO 2021**.

TRENTIN, Valéria Becher; RAITZ, Tânia Regina: **Educação e trabalho: formação Profissional para jovens com deficiência intelectual Na escolar especial**. Revista Educação Especial | v. 31 | n. 62 | p. 713-726| jul. / set. 2018 Santa Maria: Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>> <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X28660>

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves: **Impacto da mudança de nomenclatura de deficiência mental para deficiência intelectual** / Aline AparecidaVeltrone; Enicéia Gonçalves Mendes. - Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 448-450, jul./dez. 2012.

YIN. Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** Tradução Daniel Bueno; revisão técnica Dirceu da Silva- Porto Alegre: Pens, 2016.

ZUTIÃO, Patricia: **Programa Vida na Comunidade para familiares de jovens com deficiência intelectual** / Patricia Zutião. -- São Carlos: UFSCar, 2016.

ZUTIÃO, Patricia; COSTA, Carolina Severino Lopes da; LESSA, RODRIGUES, Tatiane Cristina: **Habilidades Sociais em Universitários com Diferentes Experiências de Preparação para o Trabalho** - Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.2, p.261-276, Abr.-Jun., 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMÍLIA

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de iniciação científica da Acadêmica Miriã Raskopf do curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, com a orientação da Professora Dr^a Sabrina Fernandes de Castro, que tem por título - **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA.**

A sua participação é de forma voluntária e desejamos que expressasse em palavras o que melhor representa sua opinião na entrevista a seguir. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis.

Desde já colocamo0nos à disposição para as informações adicionais ou dúvidas que se fizerem necessárias através dos e-mails:

Miriã Raskopf: mraskopf@yahoo.com

Sabrina Fernandes de Castro: sabrinafcastro@gmail.com

Agradecemos a sua colaboração!

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1 – E-mail para contato:

2 – Sexo:

- Feminino
- Masculino

3 – Idade:

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 35 anos
- Entre 36 e 45 anos
- Entre 46 e 55 anos
- Mais de 65 anos

4 – Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- União Instável
- Outro _____.

5 – Grau de parentesco?

6 - Qual é a sua Profissão?

7 – Qual é a sua formação Escolar?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto

- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Superior Completo
- () Outro _____.

8 – Se Tem ensino superior, qual o curso?

II – ENTREVISTA

1. Qual o conhecimento sobre deficiência que a família tinha antes do nascimento?
2. Quais os apoios que seu filho teve acesso nas respectivas faixas etária listadas a seguir e em qual local?
 - 0 aos 5 anos:
 - 5 aos 10 anos:
 - 10 aos 15 anos:
 - 15 aos 18 anos:
 - 18 aos 24 anos:
3. Qual idade seu filho(a) entrou na escola? E Qual a idade que saiu da escola?
4. Ele teve acompanhamento com Educador Especial na Escola?
5. Após o término do ensino médio quais as atividades realizadas pelo seu filho?
6. Quais as instituições que você procurou ou conhece que ofertam cursos voltados para pessoas com necessidades educacionais especiais?
7. Quais as expectativas da família e do sujeito para o futuro profissional e sua independência?
8. Qual a importância da inclusão escolar e social para a trajetória social e escolar do seu filho(a)?
9. Qual as influências vindas do convívio social com outros jovens para o desenvolvimento educacional e social do seu filho(a)?
10. Qual as dificuldades encontradas no processo de escolarização do seu filho(a)?
11. Na sua opinião: Quais os apoios e recursos que contribuíram para o desenvolvimento das habilidades adaptativas conceituais, sociais, práticas e de autonomia do seu filho(a)?
12. Que tipo de desenvolvimento referente as habilidades conceituais sociais, adaptativas e práticas você percebeu após as intervenções realizadas nos apoios?
13. Quais as mudanças no âmbito familiar necessárias para auxiliar no processo de desenvolvimento do seu familiar?
14. Quais as tarefas cotidianas que seu filho(a) realiza sem auxílio?
15. Quais as tarefas cotidianas que seu filho(a) necessita de apoio para realizar?
16. Seu filho(a) vai a algum lugar sem acompanhamento, como padarias, amigos etc.?
17. Seu filho(a) sabe utilizar dinheiro?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESSOA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de iniciação científica da Acadêmica Miriã Raskopf do curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, com a orientação da Professora Dr^a Sabrina Fernandes de Castro, que tem por título - **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA.**

A sua participação é de forma voluntária e desejamos que expressasse em palavras o que melhor representa sua opinião na entrevista a seguir. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis.

Desde já colocamo-nos à disposição para as informações adicionais ou dúvidas que se fizerem necessárias através dos e-mails:

Miriã Raskopf: mraskopf@yahoo.com

Sabrina Fernandes de Castro: sabrinafcastro@gmail.com

Agradecemos a sua colaboração!

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2 – Sexo:

- Feminino
- Masculino

3 – Idade:

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 35 anos
- Entre 36 e 45 anos
- Entre 46 e 55 anos
- Mais de 65 anos

4 – Estado Civil:

- Solteiro(a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- União Instável
- Outro _____.

7 – Qual é a sua formação Escolar?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Outro _____.

II – ENTREVISTA

1. Você gostaria de fazer um curso de graduação ou um curso profissionalizante? Por quê?
2. Você gostaria de trabalhar ou está trabalhando? Por quê?
3. Que profissão você gostaria de ter? Por quê?
4. Quais são os seus planos para o futuro?
5. Quais são as tarefas que você realiza na sua rotina diária?
6. Você faz a sua higiene pessoal sozinho ou com auxílio de alguém?
7. Você vai ao mercado, padaria ou na casa de algum amigo ou parente sozinho?
8. Você sabe usar o dinheiro?
9. Você escolhe suas roupas quando vai as compras?
10. Você escolhe as roupas que vai vestir quando acorda?
11. Quais alimentos você sabe fazer?
12. Quem organiza suas coisas particulares (roupas, sapatos, utensílios)?
13. Marque os tipos de aulas você já fez ou frequentou.
 - Atendimento com Educadora Especial
 - Atendimento com Terapeuta Ocupacional
 - Atendimento com Fonoaudióloga
 - Atendimento com Psicóloga
 - Frequentou a APAE
 - Aulas de Artes ou Pintura
 - Aulas de Música ou canto
 - Aulas de Inglês
 - Aulas de Culinária
 - Outras _____.

ANEXOS

ANEXO – A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de Pesquisa:

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA

Pesquisador responsável:

- Miriã Raskopf – Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, (55) 9 8403-0482 – E-mail: mraskopf@hotmail.com

- Sabrina Fernandes de Castro – (Orientadora)

Instituição/Departamento:

Universidade Federal de Santa Maria/ Departamento de Educação Especial

Local da coleta de dados:

Santa Maria – RS

Eu, Miriã Raskopf, estudante do Curso Licenciatura em Educação especial - Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a qual estou realizando uma pesquisa intitulada “DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA”, sob a orientação da Professora Dr^a Sabrina Fernandes de Castro, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

A Pesquisa tem como objetivo identificar os apoios necessários para ampliar as habilidades de autonomia do sujeito com deficiência visando à preparação para a transição para a vida adulta, com intuito de colaborar com os estudos sobre a temática e ampliar o conhecimento da sociedade sobre os apoios que auxiliam nesse processo de transição para a vida adulta dos sujeitos com necessidades educacionais especiais no ambiente de trabalho, nos cursos profissionalizantes e no seu cotidiano.

. Sua participação constará na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturada com os familiares/responsáveis e com o sujeito da pesquisa, e serão enviadas com antecedência para pré análise do conteúdo e após será realizada uma entrevista com agendamento prévio pela pesquisadora. Mediante a sua autorização as entrevistas serão gravadas em áudio e posteriormente transcritas e armazenadas para servir de coleta de dados para posteriormente serem analisados e manter a qualidade e a fidedignidades dos dados coletos.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. A qualquer momento pode desistir de participar e retirar o consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em relação com a pesquisadora ou com a instituição (UFSM).

Os riscos encontram-se dentro da ordem de desconforto psicológico. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência psicológica de forma gratuita.

Os benefícios que esperamos como estudo são na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos proporcionando maiores informações e discussões que podem trazer para área de Educação Especial.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida

ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo nominal sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens.

Miriã Raskopf
Acadêmica

Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro
Orientadora

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expressei minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do participante

Santa Maria, ____/____/____.

ANEXO B–TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto de Pesquisa:

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS APOIOS NECESSÁRIOS NA AMPLIAÇÃO DAS HABILIDADES PARA A AUTONOMIA.

Pesquisador responsável:

- Miriã Raskopf – Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Especial – Noturno, (55) 9 8403-0482 – E-mail: mraskopf@hotmail.com

- Sabrina Fernandes de Castro – (Orientadora)

Instituição/Departamento:

Universidade Federal de Santa Maria/ Departamento de Educação Especial

Local da coleta de dados:

Santa Maria – RS

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os pais ou responsáveis pelo sujeito e com o próprio sujeito.

Concordam igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto de pesquisa e, posteriormente, os resultados poderão ser divulgados em eventos ou periódicos científicos.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM – Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3243A-, 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos após o término da pesquisa, após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

Miriã Raskopf
Acadêmica Pesquisadora

Prof.^a Dr.^a Sabrina Fernandes de Castro
Orientadora

Santa Maria, ____/____/____.